

Seminário Nacional

COMO FISCALIZAR E GERIR OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/1993 E A LEI Nº 13.303/2016

Contratos de compras e serviços, inclusive SRP

O que precisa ser dominado para uma fiscalização eficiente?

BRASÍLIA / DF

01 A 03 • JULHO • 2019



SEMINÁRIO

A construção de uma contratação de sucesso começa no planejamento – elaboração do termo de referência, do edital e da minuta do contrato. A gestão e a fiscalização da execução contratual integram a etapa final e dependem do conhecimento das regras estabelecidas na fase de planejamento e, principalmente, da legislação para conduzir vários procedimentos e resolver incidentes.

A efetiva fiscalização dos contratos é condição fundamental para a obtenção de resultados positivos nas contratações públicas. Várias são as ocorrências a serem acompanhadas na execução das obrigações, e diversos podem ser os desdobramentos diante de sua inexecução, tanto em relação à Lei nº 8.666/1993 como à Lei nº 13.303/2016.

Os fiscais e o gestor do contrato devem estar preparados para atuar nas alterações contratuais; nos pedidos de revisão, reajuste e repactuação; na prorrogação de prazo; no recebimento e ateste de notas fiscais; na retenção e glosa de pagamento; na eventual rescisão do contrato; e na aplicação de penalidades. São vários os incidentes e os procedimentos que precisam ser observados, quer sob o regime jurídico da Lei nº 8.666/1993 quer sob o regime das Estatais, bem como as polêmicas que permeiam as decisões do TCU e dos tribunais.

Muitos problemas e vícios apontados pelos tribunais de contas estão relacionados com falhas e omissões na fiscalização dos contratos, gerando apontamentos e responsabilizações dos agentes públicos. A fiscalização eficiente requer capacitação e atualização constantes.

Prepare-se para este desafio!.

Esta capacitação permitirá a você:

- Identificar as atribuições e responsabilidades dos fiscais e do gestor do contrato e as consequências de suas ações e omissões.
- Dominar os principais procedimentos de formalização e execução contratual de compras, inclusive por SRP, e de serviços, especialmente a prorrogação; as alterações quantitativa e qualitativa; a revisão, o reajuste e a repactuação; o recebimento e o ateste de nota fiscal; a retenção e a glosa de pagamento; a rescisão; e a aplicação de penalidades.
- Conhecer o que precisa ser dominado para uma fiscalização eficiente tanto sob o regime da Lei nº 8.666/1993 quanto da Lei nº 13.303/2016.
- Compreender os principais entendimentos e as recomendações do TCU e dos tribunais superiores sobre o assunto.
- Aplicar as boas práticas para uma fiscalização eficiente e sabendo como afastar apontamentos e responsabilizações pelos órgãos de controle.

Público-alvo:

Fiscais e gestores de contratos, assessores e procuradores jurídicos, advogados, auditores, profissionais dos controles interno e externo e demais agentes públicos envolvidos na elaboração das minutas contratuais e na fiscalização da execução dos contratos administrativos de compras e serviços.

Destaques do conteúdo:

- Aspectos mais relevantes da fiscalização dos contratos de compras (inclusive SRP) e serviços de acordo com o regime das Estatais e da Lei nº 8.666/1993
- Planejamento da contratação e elaboração da minuta do contrato – Cuidados na preparação dos documentos de planejamento, do edital e da minuta do instrumento de contrato
- Agentes envolvidos na fiscalização dos contratos – Atribuições e responsabilidade dos fiscais técnico, administrativo e setorial, do público usuário, do gestor e da autoridade
- Formalização dos contratos administrativos – Cuidados
- Prorrogação do prazo – Prazo de vigência e prazo de execução
- Alterações qualitativas e quantitativas – Acréscimos e supressões
- Revisão, reajuste e repactuação – Diferença, periodicidade e procedimento
- Recebimento do objeto, ateste da nota fiscal, retenção e glosa de pagamento
- Rescisão do contrato e aplicação de sanções administrativas – Procedimento para aplicação de penalidades

PROGRAMA

Dia 01

Segunda-feira

Professora Solange Afonso de Lima

Mestre em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Advogada e Consultora jurídica na área de licitações e contratos há mais de vinte anos. Integrante da Equipe de Consultores Zênite. Professora do Curso de Especialização em Licitações e Contratos Administrativos da Unibrasil. Autora de diversos artigos jurídicos.

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E ELABORAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

- ✖ Cuidados na elaboração dos documentos de planejamento, do edital e da minuta do instrumento contratual de acordo com a IN nº 05/2017 – O sucesso do contrato depende do planejamento
- ✖ Adoção dos modelos-padrão da AGU – Orientação da IN nº 05/2017
- ✖ Análise e aprovação do edital pela assessoria jurídica e as minutas-padrão pré-aprovadas
- ✖ Cláusulas necessárias de acordo com a Lei nº 13.303/2016 e com o Decreto nº 9.507/2018
- ✖ Especificidades dos contratos decorrentes de Sistema de Registro de Preços (SRP) – Naturezas da ata e do contrato
- ✖ O planejamento que deve anteceder a decisão de adesão à ata de registro de preços

AGENTES ENVOLVIDOS NA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

- ✖ Dever de fiscalização
- ✖ Documentos da fase de planejamento que devem ser conhecidos pelos fiscais e pelo gestor
- ✖ Ônus da fiscalização nos contratos de terceirização de serviços e o Decreto nº 9.507/2018 – Fiscalização dos contratos com alocação exclusiva de mão de obra

- ✖ Agentes públicos envolvidos na fiscalização e os papéis previstos no Decreto nº 9.507/2018 e na IN nº 05/2017 da SEGES/MP – Atribuições e responsabilidade
- ✖ Atribuições e responsabilidade dos fiscais técnico, administrativo e setorial, do público usuário, do gestor e da autoridade
- ✖ Responsabilidade no caso de falhas na execução contratual que gerem prejuízo à Administração – Diretrizes da LINDB, com as alterações da Lei nº 13.655/2018
- ✖ Formação de comissão de fiscalização
- ✖ Contratação de terceiros para atuação na fiscalização – Limites e responsabilidades
- ✖ Preposto da contratada
- ✖ Assessoria jurídica
- ✖ Manifestação da assessoria jurídica antes de acréscimos, supressões, prorrogações, repactuações e revisões contratuais
- ✖ Solicitação de manifestação da assessoria jurídica no caso de dúvidas na fiscalização do contrato
- ✖ Responsabilidade do advogado pela emissão de parecer jurídico
- ✖ Responsabilidade da autoridade que julga com fundamento em parecer jurídico
- ✖ Contratos decorrentes de SRP – Órgão gerenciador, órgãos participantes e órgãos não participantes (carona)

FORMALIZAÇÃO

- ✖ Cuidados na formalização – Reunião da minuta e da proposta vencedora
- ✖ Substituição do instrumento contratual por nota de empenho – Regimes da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 13.303/2016
- ✖ Formalização dos contratos decorrentes de SRP
- ✖ Contratos verbais
- ✖ Consequências práticas da assinatura e da publicidade do contrato
- ✖ Início da execução, comunicação e registro formal das ocorrências

Dias 02 e 03

Terça e quarta-feira

Professor Rodrigo Vissotto Junkes

Advogado. Doutorando em Direito pela UBA. Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Univali. Especialista em Direito Administrativo e em Direito Civil. Consultor na área de licitações e contratos. Integrante da Equipe de Consultores Zênite. Participante do Observatório Nacional de Políticas Públicas.

ALTERAÇÕES QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS (ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES)

- ✖ Alterações qualitativas e quantitativas – Cabimento e limites – Entendimento do TCU
- ✖ Alterações de acordo com a Lei nº 13.303/2016 – Limites
- ✖ Aplicação dos percentuais de 25% e 50% para acréscimos – Base de cálculo – O que é “valor inicial atualizado do contrato” em compras e serviços?
- ✖ Acréscimo em contratos que admitem prorrogação – Base de cálculo
- ✖ Acréscimo e supressão quando o contrato sofreu acréscimos e supressões anteriores – Forma de cálculo
- ✖ Alterações do contrato X Manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato
- ✖ Acréscimos em contratos que decorrem de SRP
- ✖ Formalização

REVISÃO, REAJUSTE E REPACTUAÇÃO

- ✖ Diferença entre revisão, reajuste e repactuação de acordo com a Lei de Licitações e a Lei das Estatais – Periodicidade
- ✖ Contratos com e sem alocação exclusiva de mão de obra – Decreto nº 9.507/2018 e IN nº 05/2017 – Forma de reajustamento
- ✖ Repactuação – Divisão em montantes de mão de obra e insumos – Decreto nº 9.507/2018 e IN nº 05/2017 – Processamento e contagem do prazo

- ✖ Marco de contagem do prazo para a primeira repactuação e para as subsequentes
- ✖ Perda do direito/preclusão da repactuação
- ✖ Procedimento para reajuste, repactuação e revisão
- ✖ Reajuste e revisão da ata de SRP
- ✖ Formalização

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

- ✖ Prazo de execução X Prazo de vigência – Prorrogação – Regimes da Lei de Licitações e da Lei das Estatais
- ✖ Prazo de vigência – Prorrogação
- ✖ Cláusula de consulta prévia do contratado sobre o interesse em prorrogar a avença
- ✖ Verificação de compatibilidade com os preços de mercado – E se existir preço inferior?
- ✖ Prorrogação na hipótese de ausência de previsão contratual
- ✖ Formalização de prorrogação depois de expirado o prazo de vigência - Entendimento do TCU
- ✖ Contratos formalizados com base na IN nº 02/2008 e no Decreto nº 2.271/1997 – É possível prorrogar?
- ✖ Prazos dos contratos que decorrem de SRP e respectiva prorrogação
- ✖ Formalização

RECEBIMENTO DO OBJETO, ATESTE DA NOTA FISCAL, RETENÇÃO E GLOSA DE PAGAMENTO

- ✖ Recebimentos provisório e definitivo em compras e serviços – Tratativa IN nº 05/2017
- ✖ Glosa de pagamento – Cabimento e procedimento
- ✖ Retenção de pagamento – Cabimento – Disciplina do Decreto nº 9.507/2018 X Entendimentos do TCU e do STJ
- ✖ Instrumento de medição de resultados (IMR) e os descontos no pagamento

RESCISÃO DO CONTRATO E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- ✖ Rescisão do contrato decorrente de inexecução parcial ou não cumprimento de cláusulas contratuais
- ✖ Sanções administrativas aplicáveis de acordo com a Lei nº 8.666/1993 e a Lei nº 13.303/2016
- ✖ Multa moratória e multa compensatória
- ✖ Extensão dos efeitos da suspensão do direito de licitar e contratar, da declaração de inidoneidade e do impedimento de licitar e contratar
- ✖ Procedimento para aplicação de penalidades
- ✖ Descumprimento da ata de SRP e do contrato – Penalidades e competência

Período

01 A 03 DE JULHO



24

horas

Carga horária

8h30 às 12h30

14h às 18h



01

Julho

Credenciamento

7h30 às 8h30

Onde será?

WINDSOR PLAZA BRASÍLIA

SHS - Quadra 5 - BL H - Asa Sul • Brasília/DF

Fone: (61) 3322-4545

Preços especiais para participantes do evento!
(sujeitos à disponibilidade)

Apto. SGL/LUXO

R\$ 361,00* + 10% tx serviço + 5% ISS
(café da manhã incluído)

*O hotel trabalha com tarifas flutuantes, o que poderá implicar
tarifário menor na época da realização do Seminário.

Se optar pelo hotel de realização do evento, informe, no ato da reserva,
que é participante do curso da Zênite.

INVESTIMENTO

R\$ 4.140,00

- 03 almoços;
- 06 *coffee breaks*;
- Obra *Lei de licitações e contratos administrativos*;
- Apostila específica do Seminário;
- Material de apoio (mochila, estojo com caneta, lapiseira, borracha, caneta marca-texto e bloco de anotações);
- Certificado.*

A cada 4 inscrições neste Seminário, efetuadas pelo mesmo órgão e vinculadas à mesma fonte pagadora, a Zênite concederá cortesia para uma quinta inscrição.

* O certificado será entregue ao final do curso. O percentual da frequência constará no certificado de acordo com as listas de presença assinadas no Seminário. Todos os dias, haverá duas listas: uma de manhã, e outra, à tarde.

Pagamento

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A., CNPJ 86.781.069/0001-15, em um dos seguintes bancos credenciados:

Banco do Brasil	Ag. 3041-4 • c/c 84229-X
Caixa Econômica	Ag. 1525-3 • c/c 1566-2
Banco Santander	Ag. 3837 • c/c 130017258
Banco Itaú	Ag. 3833 • c/c 63040-7

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

(41) 2109-8666
evento@zenite.com.br
www.zenite.com.br

A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).